

Folhas estaduais preocupam Fundo

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – Os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que estiveram ontem com a secretária de Administração e Patrimônio, Cláudia Costin, mostraram preocupação com os gastos dos estados para o pagamento de salários e encargos do funcionalismo público. Cláudia disse à diretora da Área Ocidental do FMI, Teresa Ter-Minassian, que os gastos do governo federal com pessoal consumiram 33,2% da receita líquida no mês de maio. Já os estados, consomem, em média, 67,1%.

Pela lei Camata, os estados e os municípios têm que baixar seus gastos com pessoal para 60% da receita líquida até maio de 2001. O limite para o governo federal é de 50%. Cláudia informou aos técnicos do FMI que alguns estados estão em uma situação mais crítica em relação ao cumprimen-

to da lei. Entre eles, está Santa Catarina, que consome 87,4% da receita com gastos de pessoal, e Espírito Santo, que consome 97% (dados de janeiro).

Os técnicos do Fundo quiseram saber o que está sendo feito para equilibrar estas contas. A secretária de Administração informou que, além de dar aos estados instrumentos para demitir funcionários – criados pela reforma administrativa –, o governo está enviando equipes para colaborar com os trabalhos de auditoria que estão sendo realizados. Cláudia explicou que não há como ter uma média dos gastos com pessoal dos municípios porque são mais de 5 mil.

Crédito aos estados – Ontem, Cláudia Costin assinou um protocolo de intenções com o Banco do Brasil para a abertura de uma linha de financiamento que dê aos estados a oportunidade de informatizarem suas

folhas de pagamento. “Quando isto foi feito no governo federal, nós economizamos R\$ 119 milhões por mês com irregularidades detectadas na folha”, lembrou a secretária.

O ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, que hoje se reúne novamente com os técnicos do Fundo, disse que, no primeiro encontro, na terça-feira, as discussões giraram em torno da execução do orçamento deste ano e das modificações que deverão acontecer em 2000.

De acordo com o ministro, apesar de o setor público ter cumprido com folga as metas acertadas com o FMI, para o primeiro trimestre, o governo não deverá aumentar seus gastos no segundo semestre. “Não vejo razão para abrandamento da situação fiscal. Há pendências na área da arrecadação que estão em discussão no Judiciário”, lembrou.